



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE FUNDOS E DE RECURSOS EXTERNOS

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMBIENTAL

Data: 24 de junho de 2026

Horário de início: 14h45

Horário de encerramento: 16h21

Duração: 1h36min29s

Local: Híbrida - Videoconferência (Plataforma Digital)

1. PRESENÇAS

Membros do Comitê Orientador:

- Anna Flávia de Senna Franco – Secretária-Executiva (MMA) – Titular – Presidenta da Reunião
- Moara Menta Giasson – Secretaria-Executiva (MMA) – Diretora do DAIA (Departamento de Políticas de Avaliação de Impacto Ambiental) – Suplente
- Thiago Belote Silva – Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (MMA) – Titular
- Mateus Motter Dala Senta – Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (MMA) – Suplente
- Adriana Risuenho Leão – Secretaria Nacional de Mudança do Clima (MMA) – Suplente
- André Luiz Ramos – Secretaria Nacional de Bioeconomia (MMA) – Suplente
- Leonardo Tavares Salgado – Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) – Titular
- Marinez Ferreira de Siqueira – Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) – Suplente
- Heliz Menezes da Costa – Ibama – Suplente
- Luiz Felipe de Luca de Souza – ICMBio – Titular
- Natália Silva de Souza – Governo de Minas Gerais – Suplente
- Joelma Fernandes – Sociedade Civil ES (CFPS Rio Doce) – Titular
- Jadilson Lino de Oliveira Gomes – Sociedade Civil ES (CFPS Rio Doce) – Titular
- José Pavuna Neto – Sociedade Civil MG (CFPS Rio Doce) – Suplente
- Flaminio Guerra Guimarães – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – Suplente
- Tatiana Ribeiro de Souza – SBPC – Suplente
- Bárbara Salatiel Borges – CNI – Suplente
- Mariana Pereira Ramos – CNA – Titular

Demais Participantes, Equipe Técnica e Convidados:

- Rodrigo Martins Vieira – Diretor do Departamento de Gestão de Fundos e de Recursos Externos - DFRE
- Carina Mendonça Pimenta – Secretária de Bioeconomia (MMA)
- Simone Carolina Bauch - Chefe da Assessoria Especial de Economia e Meio Ambiente MMA / Apresentadora do Projeto
- Carolina Wendling – Representante técnica do MMA
- Iara Bueno Giacomini – SQA MMA
- Ana Cristina Crocco Martins – Representante BNDES
- Bruna Barbosa de Oliveira – Registrada na plataforma de videoconferência
- Camila Araujo Camargo – Registrada na plataforma de videoconferência
- Emerson Marcello Ferreira Anastácio – Representante Casa Civil
- Felipe Storch – Assessoria Especial de Economia e Meio Ambiente - MMA
- Iara Campos Ervilha – Representante Casa Civil
- Marcelo Salles Trindade da Cunha – SEMAD/MG
- CAT/ATI – Ponto de conexão de videoconferência do Centro Agroecológico Tamanduá

2. PAUTA

1. Verificação de quórum.
2. Informes sobre o andamento do Edital de Restauração (aprovado na reunião anterior).
3. Aprovação da ata da 2ª Reunião Ordinária.
4. Apresentação e deliberação do Projeto "PSA PIX Floresta Rio Doce".
5. Informes gerais e encerramento.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Verificação de quórum e boas-vindas

A Presidenta Anna Flávia de Senna Franco iniciou a reunião confirmando a presença dos membros e representantes, validando o quórum regimental para deliberação.

3.2. Informes sobre o andamento do Edital de Restauração da Bacia do Rio Doce

A Secretaria Executiva informou que o Edital de Restauração Florestal, aprovado na 2ª Reunião Ordinária, foi submetido ao Comitê do Fundo Ambiental, à Casa Civil e ao BNDES, tendo recebido aprovação em todas as instâncias. O BNDES já se encontra em fase avançada de conclusão do edital, que deverá ser lançado em breve. A Secretaria destacou a celeridade do processo como um sinal positivo da integração entre os entes envolvidos.

3.3. Aprovação da ata anterior

A ata da 2ª Reunião Ordinária foi enviada previamente aos membros. Foram registradas e incorporadas as seguintes contribuições:

- Inclusão de representações: ajustou-se a omissão material verificada no texto inicial para fazer constar nominalmente a participação de dois representantes do Centro Agroecológico Tamanduá na reunião anterior;
- Registros da CNI: incluíram-se integralmente as manifestações formais submetidas pela conselheira Bárbara Salatiel Borges, as quais preconizam o fortalecimento contínuo do sistema de monitoramento do programa, bem como a inserção obrigatória de indicadores objetivos para a mensuração regular de

desempenho das ações propostas.

Colocada a ata em votação, o conselheiro Flamínio Guerra Guimarães, representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, manifestou formalmente sua abstenção, justificando-a pelo fato de não ter estado presente na 2ª Reunião Ordinária. Diante disso, a ata da 2ª Reunião Ordinária foi declarada aprovada com uma abstenção, corrigindo-se o registro histórico que erroneamente a apontava como unânime.

3.4. Apresentação do Projeto “PSA PIX Floresta Rio Doce”

A equipe do MMA (Simone e Carina Mendonça Pimenta) apresentou o projeto piloto de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para a Bacia do Rio Doce, estruturado sob as diretrizes do Novo Acordo de Reparação Judicial, destacando os seguintes parâmetros estruturais e operacionais:

Objetivo: incentivar a conservação e a restauração florestal em longo prazo (18 anos), valorizando a floresta em pé como ativo econômico.

Público-alvo: proprietários e posseiros de imóveis rurais nos 49 municípios atingidos.

Metodologia: uso de geotecnologias e bases de dados oficiais (CAR, INCRA, Meu Imóvel Rural) para verificação fundiária e ambiental, com baixo custo operacional (93,6% dos recursos destinados diretamente aos beneficiários).

Valores: pagamentos escalonados por hectare/ano (de R\$300,00 a R\$300,00 a R\$ 600,00), com possibilidade de bônus definidos pelo Comitê Gestor.

Orçamento: R\$ 511,7 milhões ao longo de 18 anos.

Governança: Comitê Gestor (MMA, SFB, MGI, governos de MG e ES, e representações locais) e Comitê Consultivo com organizações da sociedade civil.

3.5. Debates e contribuições dos membros

Tatiana Ribeiro (SBPC): sugeriu vincular o nome do projeto ao Acordo de Reparação para não perder a origem do recurso e denominar os 49 municípios como "atingidos", a fim de blindar juridicamente o escopo contra eventuais pleitos de expansão territorial indevida. A sugestão foi acolhida.

Iara Bueno Giacomini: recomendou conferir centralidade a critérios técnicos e hídricos, direcionando o foco para Áreas de Preservação Permanente (APPs) de margens de corpos d'água e nascentes. A

Secretaria Executiva esclareceu que tais parâmetros geoespaciais e bases hídricas de alta resolução já se encontram plenamente integrados à modelagem técnica do projeto.

Joelma Fernandes: cobrou a inclusão explícita dos ribeirinhos (ilhéus), pescadores artesanais e agricultores familiares. Questionou se haveria delimitação de distância da calha do rio e alertou para que o programa não repita erros de outras iniciativas. A equipe técnica respondeu que todos os segmentos estão integralmente cobertos, uma vez que a elegibilidade é balizada pela área total dos 49 municípios atingidos, e não por limites lineares de quilometragem.

José Pavuna Neto: manifestou a necessidade de participação efetiva ("ouvir e escutar"), criticando a abordagem top-down. Sugeriu priorizar o "plantio de água" (recuperação de nascentes) e revisar os valores pagos, considerando-os baixos. Denunciou que 7 assentamentos da região (incluindo o Assentamento Cachoeirinha) ficaram de fora de um acordo específico com o MST, pedindo que o programa contemple todos os assentamentos, independentemente de vinculação sindical. Em resposta, a Secretaria Executiva e o técnico Thiago asseguraram, de forma categórica, que o mapeamento oficial do MMA foi desenhado para contemplar universalmente todos os assentamentos da reforma agrária existentes no território, firmando-se o compromisso institucional de fiscalizar rigorosamente o cumprimento.

Jadilson Gomes: levantou questões práticas sobre a elegibilidade de territórios quilombolas não titulados, perguntando como serão tratadas as áreas de uso comum, se o pagamento será individual ou coletivo, e reforçou a necessidade de representação comunitária no Comitê Gestor, não apenas no Consultivo. A técnica Simone e a assessora Moara esclareceram que o MGI está customizando um módulo específico para Territórios Coletivos dentro da plataforma "Meu Imóvel Rural", o qual permitirá a validação

automática e o pagamento centralizado via associações comunitárias para áreas de uso comum, mitigando barreiras documentais históricas. Além disso, a governança do programa foi adaptada para garantir assentos e representação social para organizações locais da sociedade civil diretamente no Comitê Gestor.

Mariana Pereira Ramos (CNA): elogiou o modelo de repasse direto, mas destacou a importância de criar canais de comunicação direta com os produtores (telefone) para tirar dúvidas e oferecer um prazo para regularização fundiária, evitando a suspensão imediata do benefício em caso de inconsistências cadastrais. A sugestão foi registrada e será avaliada na fase de implementação.

3.6. Esclarecimentos finais da Secretaria Executiva e equipe

- A participação das comunidades foi reforçada com a inclusão de representantes locais no Comitê Gestor e a criação de um Comitê Consultivo com assento para diversos segmentos.
- Os projetos de restauração (aprovado anteriormente) e o PSA PIX são complementares: um financia o plantio, o outro remunera a conservação.
- O MDA e a Anater possuem anexos de regularização fundiária que dialogam com este programa, e a integração entre as iniciativas está em curso.

3.7. Deliberação

A Presidenta Anna Flávia de Senna Franco apresentou ao colegiado a necessidade premente de deliberação imediata do projeto na presente sessão de junho, justificando a urgência em virtude do iminente início do período de interstício eleitoral em julho de 2026, marco legal que impõe restrições administrativas para o lançamento de novos programas governamentais.

Considerando o exaurimento dos debates e a pacificação dos entendimentos, o projeto "PSA PIX Floresta Rio Doce" foi colocado em votação e aprovado por unanimidade pelo Comitê Orientador, condicionado à estrita incorporação dos ajustes detalhados nesta ata, observando-se as seguintes diretrizes:

- O nome do projeto poderá fazer referência ao Acordo de Reparação, com cuidado para não gerar equívoco sobre a natureza do pagamento (serviço ambiental, não indenização).
- Os 49 municípios serão denominados "municípios atingidos", conforme o escopo do acordo judicial.
- As comunidades tradicionais, ribeirinhos, pescadores, quilombolas e assentamentos serão explicitamente incluídos, com regras específicas a serem definidas em conjunto com o Comitê Gestor e Consultivo.
- A primeira atividade do projeto será a formação do Comitê Consultivo e a definição das regras operacionais, garantindo a participação social desde a fase inicial.

4. INFORMES GERAIS

- A Secretaria Executiva reiterou o alerta sobre o período de interstício eleitoral (a partir de julho) e a necessidade de celeridade na aprovação para que a implementação possa começar antes das restrições.
- Flamínio Guerra (CBH-Doce) comunicou a mudança de representantes do Comitê de Bacia e solicitou o envio de todos os documentos e materiais das reuniões para recuperação de dados da instituição.
- Foi reiterado o compromisso de ajustar os contatos para garantir o recebimento de comunicações a todos os membros, especialmente à conselheira Joelma Fernandes.

5. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença e o alto nível das contribuições de todos os conselheiros, destacando a inovação do projeto e a importância da integração entre os entes federativos e a sociedade civil para o sucesso das ações de restauração e conservação da Bacia do Rio Doce



Documento assinado eletronicamente por **Carlos César Simões Machado, Coordenador(a) - Geral**, em 02/07/2026, às 08:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2363724** e o código CRC **C0477998**.

Referência: Processo nº 02000.006839/2026-24

SEI nº 2363724